



Espelho DF



POR NENHUMA MULHER A MENOS

Mulher negra, periférica, mãe, lésbica, guerreira. Essa era Marielle Franco, quinta vereadora mais bem votada do Rio de Janeiro, executada brutalmente em 14 de março de 2018 juntamente com o seu motorista, Anderson Gomes. Infelizmente, essa também é a história de milhares de mulheres negras brasileiras, vítimas do fascismo, do racismo e do machismo que têm tomado proporções assustadoras no país.

Foi por defender o bem estar social dos esquecidos pelo poder público brasileiro. Foi por denunciar os abusos de autoridades e a violência contra moradores de favelas. Foi por declaradamente ser contra a intervenção federal no estado, que completou um mês no último dia 16. Foi, em suma, por defender os direitos humanos.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 3: Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 5: Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 28: Toda pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

#MariellePresente

● PÁG. 2

CASSI: EDITAL DE CONCURSO DO BB NÃO GARANTE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE AOS NOVOS BANCÁRIOS

● PÁG. 3

PLANO 1 ACUMULA SUPERÁVIT E PREVI FUTURO RENDE O DOBRO DA META ATUARIAL

● PÁG. 5

COMITÊ DEFINE NOVAS AÇÕES PARA COMBATE AO DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS

● PÁG. 6

BANCÁRIOS MARCAM PRESENÇA NA 13ª EDIÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018

EDITAL DE CONCURSO DO BB NÃO GARANTE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE AOS NOVOS BANCÁRIOS

O Banco do Brasil lançou, em 7 de março, por meio de edital da Fundação Cesgranrio, novo concurso para provimento de vagas no nível inicial da carreira administrativa, no cargo de escriturário.

O novo certame traz um retrocesso que o Sindicato já alertava como um risco iminente. Cumprindo o que determina a Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), do Ministério do Planejamento do golpista

Temer, o edital não prevê aos novos funcionários da instituição financeira o direito à assistência de saúde, ao contrário dos certames anteriores.

Isso significa que os novos bancários poderão ficar impossibilitados de aderir à Cassi, o que enfraquece o plano de saúde e põe fim a um importante direito do corpo funcional.

"A resolução CGPAR 23 tenta asfixiar a Cassi, impedindo as novas adesões. Com isso, a população do plano de saúde fica

rá estagnada e sem a renovação necessária, que é fundamental para garantir a sustentabilidade da entidade. Precisamos resistir e derrubar essa resolução do governo", ressalta

Kleyton Moraes, diretor do Sindicato.

"Como representante eleito dos bancários no Conselho de Administração do BB e também na Cassi, vamos defender a proposta de que a Caixa de Assistência permaneça aberta para que os novos funcionários tenham direito ao plano de saúde", complementa



Fabiano Félix, conselheiro de Administração eleito pelo BB.

Chama a atenção ainda o fato de que a resolução, conforme o artigo 10, praticamente obriga as estatais a ofertarem aos novos trabalhadores a modalidade de reembolso, limitado ao valor que atualmente a empresa contribui à Cassi, que hoje corresponde a 4,5% da remuneração. "Os trabalhadores terão então que procurar assistência médica no mercado aberto, onde os planos de saúde têm valores de mensalidade bem maiores do que o valor do reembolso", alerta Kleyton Moraes.

RESOLUÇÃO DO GOVERNO TEMER PODE ACABAR COM A CASSI

A Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do governo Temer representa sérios riscos à existência da Cassi. A medida orienta um conjunto de iniciativas a serem tomadas pelas empresas públicas conforme determinações governamentais.

A resolução afirmava primeiro que as estatais não deveriam mais oferecer Planos de Saúde em seus editais de concurso. O Banco do Brasil e o Banpará já fizeram novos editais de concurso sem a previsão de planos de saúde (leia matéria nesta página). Na prática, o plano saúde dos funcionários do BB, a Cassi, entra em extinção.

No documento, o governo orienta ainda que se houver previsão de planos de saúde nos acordos coletivos, sejam suprimidos ou indeterminados. A lógica é bem clara: entregar o funcionalismo à sanha dos planos de



saúde privados que nos últimos três anos perderam quase 2,5 milhões de clientes. Não é nenhuma novidade a relação de interesses entre os planos de saúde e o governo. Recentemente, o governo Temer anistiou quase R\$ 2 bilhões de multas deste setor. A maldade não para aí. Os atuais planos devem se adaptar a cobrar por idade e através da modalidade de reembolso.

"No estatuto está bem clara a obrigação

do banco em patrocinar a Cassi em conjunto com os associados. Daí a necessidade de lutar para defender o estatuto da Cassi. Quem defende mudar o estatuto agora, tirando essa trava, está fazendo o jogo do banco. É preciso construir uma ampla unidade de sindicatos e entidades corporativas de diversas categorias atingidas nesta luta contra o governo e os planos de saúde privados", ressalta **Fátima**

Marsaro, diretora do Sindicato. Neste sentido, num momento de grave ataque e ameaças concretas à Cassi é imperioso eleger uma chapa comprometida com a defesa da Cassi e dos interesses dos funcionários.

Os funcionários precisam impedir que chapas patrocinadas pelo banco e que fazem o jogo do governo assumam a Cassi. Quem nunca lutou por nada e por ninguém não pode absolutamente representar a Cassi.



PLANO 1 ACUMULA SUPERÁVIT E PREVI FUTURO RENDE O DOBRO DA META ATUARIAL

Depois de fechar 2017 com resultado positivo de R\$ 9,6 bilhões e uma rentabilidade de 14,85%, o Plano 1 da Previ terminou janeiro deste ano com superávit acumulado de R\$ 1,3 bilhão, segundo o balanço do fundo divulgado no início de março.

"O resultado positivo comprova o que dizíamos em 2015, que o déficit de R\$ 16,1 bilhões era atípico e conjuntural, resultado da oscilação nos



valores das ações em razão das turbulências na economia mundial, e também por causa da crise criada no país para provocar o golpe de 2016. Com a

valorização das ações, que são de empresas sólidas no mercado, os mesmos ativos trouxeram o plano ao equilíbrio", afirma

Marcel Barros, diretor de seguridade eleito da Previ.

Também o Previ Futuro está cada vez mais robusto. Fechou 2017 com rentabilidade acumulada de 14,97%, mais do

que o dobro da meta atuarial de 7,17%. Estamos assim cumprindo nosso objetivo estratégico de maximizar os benefícios, garantir o equilíbrio do plano e assegurar que cada Associado tenha o máximo de informações para formar suas reservas previdenciárias de acordo com o seu perfil.

Com mais esse resultado positivo, o Previ Futuro acumula investimentos no valor de R\$ 12 bilhões, o que já o tor-

na o 8º maior plano de previdência complementar do país.

"Os números demonstram mais uma vez a solidez da Previ, a seriedade e a transparência de um modelo de governança e gestão compartilhada, o que é uma grande conquista dos Associados da Previ. É um modelo que ajudamos a construir e que precisa ser preservado", ressalta

Rafael Zanon, diretor do Sindicato e conselheiro deliberativo eleito na Previ.



PREVI FUTURO: RESGATE DA CONTA PATRONAL ESTÁ NA PREVIC

O direito ao resgate da devolução patronal no Previ Futuro encontra-se em fase final de tramitação junto aos órgãos reguladores. Após permanecer em consulta pública no sítio da Previ, a alteração do regulamento seguiu para a Pricic, última instância que analisará a questão.

CONTRIBUIÇÃO 2B: ELEITOS DEFENDEM QUE TABELA PIP DEVE SER ATUALIZADA

Os associados ao Previ Futuro têm o direito a ampliarem a contribuição pessoal mensal sendo acompanhados pelo patrocinador no mesmo percentual. Essa prerrogativa depende da tabela PIP, regra que leva em consideração vários fatores, como comissões exercidas e tempo de associação ao plano. "Entendemos que a tabela PIP tem que ser revisitada, melhorando a pontuação dos bancários para que possam acessar mais rapidamente os percentuais previstos para a contribuição 2B, melhorando assim suas reservas de poupança", explica Rafael Zanon, conselheiro deliberativo eleito da Previ e diretor do Sindicato.

PLANO 1: UTILIZAÇÃO DO BET PARA QUITAR EMPRÉSTIMOS NA PREVI ENCONTRA-SE NA SEST

Aprovado no Conselho Deliberativo da Previ, a possibilidade de os funcionários do Plano 1 que se encontram na ativa utilizarem o saldo do BET para quitar empréstimos na Previ aguarda tramitação na SEST. A alteração do regulamento ainda deve passar por 30 dias de publicação no sítio da Previ, antes de ser encaminhada à Pricic.

EM ABRIL, PARTICIPANTES ELEGEM REPRESENTANTES PARA A PREVI; CHAPA 2 TEM HISTÓRICO DE LUTAS

Entre os dias 18 e 30 de abril, os participantes da Previ elegerão seus representantes para renovar parte dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivo do Plano 1 e Previ Futuro. Também serão eleitos representantes para a Diretoria Executiva, nos cargos de Administração e Planejamento.

Em virtude do momento, que cobra resistência e trabalho para defender os direitos conquistados, o Sindicato apoia a Chapa 2 - Previ para os Associados, por reunir os candidatos mais qualificados e representativos para a administração e defesa dos interesses e recursos dos fun-

cionários do BB. Entre os seus integrantes está a secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Marianna Coelho.

Para votar, basta que o participante ou assistido seja maior de 18 anos e tenha se inscrito nos planos de benefícios da Previ até 31 de janeiro de 2018. Participantes, funcionários e estatutários do BB podem votar pelos terminais SISBB.

No portal bancariosdf.com.br você confere a composição da Chapa 2 e os demais canais para votação.

TRANSITADO EM JULGADO

BB É CONDENADO A PAGAR 7ª E 8ª HORAS DO RISCO UNIÃO

O BB foi condenado a pagar duas horas extras diárias (a 7ª e 8ª horas), contando a partir de 10 de junho de 2006, para todos os Assistentes A UA que trabalham ou trabalharam no CSO Risco União, numa batalha judicial que teve início em 2011 com uma ação coletiva movida pelo Sindicato.

Não cabe mais recurso da decisão, que determina também o pagamento das horas extras e de todos os reflexos, inclusive recolhimentos à Previ, além dos honorários de advogado, não havendo, assim, nenhuma despesa para os bancários.

Agora começa a fase de execução, em que será necessário elaborar cálculos in-

dividualizados de cada um dos assistentes, conforme o período de exercício da função no Risco União. A execução dos créditos individualizados será feita pelo Sindicato, que vai divulgar as providências que deverão ser tomadas pelos assistentes para receberem seus créditos, sem qualquer custo.



ENTREVISTA

MARIANNA COELHO,
SECRETÁRIA DE
ASSUNTOS JURÍDICOS
DO SINDICATO

ESPELHO: Qual a importância dessa vitória no contexto de luta em relação à jornada de 6 horas no Banco do Brasil?

Marianna Coelho: Nossa estratégia jurídica para o cumprimento da jornada de 6 horas remonta ao início da década de 2000, quando realizamos, junto com nossa

assessoria jurídica (LBS), forte movimento de ações para cobrança de 7ª e 8ª horas. A partir de 2008, nossa estratégia de ações coletivas começou a se consolidar, com importantes vitórias.

ESPELHO: As ações coletivas forçaram o BB a cumprir a jornada de 6 horas?

Marianna: Também. É uma luta histórica, marcada também por uma ampla mobilização do Sindicato, com a realização de grandes atos e greves para pressionar o BB em defesa da jornada de 6 horas. Juntando a luta das ruas com nossas vitórias na justiça, o BB teve que respeitar a lei e cumprir a jornada de 6 horas. Em

2013, os funcionários de agência, tecnologia e unidades de apoio alcançaram essa conquista. Em 2016, foi a vez dos funcionários das unidades estratégicas.

ESPELHO: Existem dezenas de ações coletivas cobrando o pagamento das 7ª e 8ª horas. Como funcionam, quem contemplam, quais as vantagens?

Marianna: Começamos a nossa estratégia de ações de 7ª e 8ª horas no início da década de 2000, pavimentando assim a jurisprudência. Com as vitórias sendo obtidas, fortaleceu a tese e reduziu os riscos para o inresso das coletivas. A vantagem de uma coletiva é que ela protege o trabalha-

dor, já que o Sindicato é o autor da ação. Nossas ações contemplam os bancários que trabalharam 8 horas em funções com atribuições de 6 horas. Ingressamos com ações coletivas separadas por unidades, buscando mitigar os riscos.

ESPELHO: Como os bancários podem se informar melhor sobre o andamento das ações?

Marianna: Nossa assessoria jurídica tem central de atendimento telefônico, pelo número (3262-9090/Sindicato e 3366-8100/escritório LBS). Os bancários também podem enviar email para sejur@bancariosdf.com.br, ou entrar em contato direto pelo telefone 99167-0387.

SAÚDE: SINDICATO SEGUE COM REUNIÕES PARA DIVULGAR A CAMPANHA 'VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO'



O Sindicato segue divulgando em reuniões com os bancários a campanha "Você não está sozinho", falando sobre o atendimento realizado pela Secretaria de Saúde da entidade e sobre a cartilha de mesmo nome. O objetivo é levar apoio ao bancário que sofre e adoce com as

pressões decorrentes da organização e gestão no ambiente laboral.

O trabalho é fruto da parceria entre o Sindicato e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho da UnB, que tem como coordenadora a professora Ana Magnólia e a psicóloga Fernanda Duarte,

responsável pela Clínica do Trabalho do Sindicato. "A Clínica é um espaço de escuta do sofrimento voltado para o desenvolvimento de ações políticas de transformação da organização do trabalho a partir dos dados coletados nas sessões", explica a secretária de Saúde **Mônica Holanda**.

COMITÊ DEFINE NOVAS AÇÕES PARA COMBATE AO DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS

se é público,
é para todos



A política de desmonte promovida pelo governo Temer nas empresas públicas é generalizada e está ocorrendo de várias formas, com a privatização parcial ou total. Essa é uma das avaliações dos representantes do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que realizaram no último dia 9, em Brasília, a primeira reunião do ano. Além das exposições e análises foram elencadas ações que serão realizadas pelo comitê



para denunciar e tentar reverter esse quadro (veja no box).

Um dos ataques mais cruéis às estatais e seus trabalhadores está no corte de direitos. "No caso específico dos planos de saúde, as alterações têm como base as resoluções aprovadas pela CGPAR que incentiva a privatização das gestões de saúde para privilegiar o capital privado", denuncia a coordenadora do comitê, **Rita Serrano**, também conselheira de Administração eleita da Caixa.

AÇÕES CONJUNTAS EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DOS SEUS EMPREGADOS

- Construção de plataforma de propostas de governo que valorize o patrimônio público e o desenvolvimento do País, a ser entregue aos candidatos que vão concorrer nas eleições de outubro. Será divulgado o nome daqueles que se comprometerem com a carta-compromisso;
- Realização de plenária no Congresso com a participa-

ção de representantes das diversas frentes criadas em defesa das empresas públicas para definir ações conjuntas no Parlamento;

- Trabalhar com formadores de opinião, fornecendo dados que subsidiem a contraposição à versão oficial do governo de que as empresas públicas causam prejuízos;
- Acompanhar de perto projetos que estão em andamento no Congresso, dentre eles o PL 9215/2015, que trata da Gestão das Estatais.

APAGÃO PROVOCADO POR EMPRESA PRIVADA CHINESA ATINGE TODO O BRASIL

Um apagão, que teve início às 15h48, foi sentido em todo o Brasil, na quarta-feira 21. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram o restabelecimento da energia em 27 minutos. Já os estados mais atingidos foram Amazonas, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Amapá, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Todos nas regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os trabalhadores do Sistema Eletrobras, a falha começou em uma linha de transmissão operada pela empresa privada chinesa State Grid, que opera Belo Monte/Furnas, após a realização de testes em pleno horário comercial.

O diretor do Sindicato dos Eletricários



de Campinas e Região (Sinergia) Wilson Marques lembra que Belo Monte e toda a sua linha de transmissão é de iniciativa privada. O apagão, lembra Wilson, ocorre justamente num momento em que se discute a privatização da Eletrobras pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP).

BANCOS, OS QUE MAIS LUCRAM, E BEBIDAS TÊM OS MAIORES DESCONTOS NO REFIS

Bancos e fabricantes de bebidas foram os setores que conseguiram os maiores abatimentos em suas dívidas dentro do Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários da União. Os cortes ultrapassaram 50% do valor da dívida inscrita.

Lançado no início de 2017, o Refis foi aprovado pelo Congresso em dezembro com condições mais vantajosas do que pretendia o governo. Os dados não incluem o total dos débitos considerados pela

Receita Federal.

As mil maiores dívidas inscritas no Refis obtiveram descontos de R\$ 11,7 bilhões - um terço do total. O setor bancário concentrou os maiores descontos. Quatro de cinco instituições abateram mais da metade de sua dívida - Itaú Unibanco, Safra, Santander e Rural (em liquidação extrajudicial). Juntos, esses bancos negociaram uma dívida de R\$ 657,3 milhões. Terminaram se comprometendo a pagar R\$ 302 milhões.

BANCÁRIOS MARCAM PRESENÇA NA 13ª EDIÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018



Representando os bancários de Brasília, diretores do Sindicato e da Fetec-CUT/CN estiveram presentes à 13ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em Salvador entre os dias 13 e 17 de março. O evento, que teve como slogan “Resistir é criar, resistir é transformar”, contou com a participação de cerca de 60 mil pessoas de 120 países.

Logo no primeiro dia, os bancários engrossaram as fileiras da grande Marcha de Abertura do Fórum, na praça do Campo Grande, contra os retrocessos e os ataques à democracia no Brasil.

No dia 14, as diretoras do Sindicato Marianna Coelho, Zezé Furtado e Raissa Alves, além da dirigente da Fetec-

CUT/CN **Louraci Moraes**, participaram do debate “Mulheres, Democracia e Direitos”. Já o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, foi um dos expositores da Oficina Etnodesenvolvimento, promovida no dia 15, quando falou da importância da democracia e da mídia alternativa na promoção do etnodesenvolvimento



- uma forma de pensar o desenvolvimento sustentável para determinadas comunidades cuja cultura é marginalizada pelo capitalismo.

Houve ainda, nos dias 14 e 15, realizadas pela Contraf-CUT, uma mesa de diálogo e uma conferência com o tema “A era do capital improdutivo: o FSM 2018 e a ampliação das resistências”.

MARCHA ENCERRA O FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA



Em 22 de março, Dia Mundial da Água, mais de 7 mil pessoas marcharam em Brasília contra a mercantilização dos recursos hídricos e por uma gestão de sua distribuição mais justa e igualitária. A manifestação marcou o encerramento do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado entre 17 e 22 de março, e reuniu povos de todo o mundo em defesa desse precioso bem natural que tem atraído a ganância das grandes organizações, que estavam reunidas no Fórum Mundial da Água, o ‘Fórum das Corporações’, realizado também em Brasília.

JESSÉ SOUZA EM DEBATE NO SINDICATO: "NINGUÉM NASCE IMBECIL"



O Teatro dos Bancários lotou na noite no último dia 12 para o debate com o sociólogo Jessé Souza, autor do livro *A elite do atraso – Da escravidão à Lavajato*. A obra supre uma lacuna jamais ocupada por pensadores de esquerda na explicação do Brasil desde o princípio.

Segundo o autor, o que impera no país é uma interpretação hegemônica, numa transmissão cultural que se dá naturalmente: as ideias construídas

no seio da elite são assimiladas sem resistência. “São mais contundentes que a repressão e a violência física”, enfatiza.

O olhar de Jessé para o sistema de dominação controlado culturalmente pela elite do dinheiro com a anuência da classe média o levou a concluir que “ninguém nasce imbecil, mas qualquer um pode ser enredado nessa teia e assim ser tratado”. Segundo ele, uma das ideias que nos fazem de “imbecis” é a de que nada acontece a partir do mercado, mas do Estado estruturado para roubar.

O debate foi conduzido pela deputada federal Erika Kokay e aberto com intervenções do presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, e do presidente da Fena, Jair Pedro.

EM DEBATE NO SENADO, CUT BRASÍLIA E VIGILANTES EXIGEM DIREITO DE GREVE

Questões como o direito de greve, a negociação coletiva e a organização sindical foram amplamente debatidas pelos presentes à audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, do Senado, no dia 19, comandada pelo senador Paulo Paim. Após os debates, esse documento será compilado e entregue aos candidatos nas eleições.

Dirigente da CUT Brasília, Julimar Roberto disse que a reforma trabalhista representou um atropelamento da classe trabalhadora. A recente greve dos vigilantes, motivada pela irresponsabilidade dos patrões de tentar implantar a todo custo a reforma trabalhista na convenção coletiva, prova isso.

COMUNIDADE NEGRA COBRA AÇÕES MAIS EFETIVAS DO PROGRAMA AFROEMPREENDEDORES



Quando sequência às comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no dia 21, o Sindicato promoveu dia 20 um debate sobre Economia Solidária da População Negra no DF e Entorno. Representantes da comunidade negra cobraram ações mais efetivas referentes ao Plano Operativo do Programa Afroempreendedores do DF, instituído pela Lei nº 5447/2015 e cujas diretrizes foram dadas pela Portaria nº 161, de 2017, da Sepir/DF.

O evento foi iniciado com a apresentação musical da cantora e instrumentista Nãnan Matos. Compuseram

a mesa o representante da Subsecretaria de Igualdade Racial, da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sepir/DF), Victor Nunes, a afroempreendedora Maria das Graças Santos, e os especialistas em Economia Solidária, Karla Patrícia, e em Controle Social sobre o Estado, Antônio Gomes.

O diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**, mediador do debate, considerou o encontro bastante produtivo e frisou que o governo e a sociedade precisam dialogar mais. “É preciso ações mais efetivas”, avaliou.

Para a diretora do Sindicato **Elis Regina**, “eventos como esse possibilitam a dis-

cussão da necessidade de promoção de políticas públicas que estabeleçam o equilíbrio de oportunidades e pontuam estratégias e ações para o fortalecimento e desenvolvimento dos afroempreendedores nos diversos segmentos econômicos do DF”.



SINDICATO REALIZA SUA 1ª FEIRA DE AFROEMPREENDEDORISMO



Antes do debate, o Sindicato promoveu sua 1ª Feira de Afroempreendedorismo e Economia Solidária no DF, em sua sede, como parte das comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, e que contou com estandes de diversos expositores, com uma variedade de produtos afros.

Participaram da feira a EcoAgrovia Renascer, Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (Arenquim), Rabiscos Feministas, Acarajé & Cia, Santinha Moda Afro e Associação dos Remanescentes do Quilombo das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura (Arquitov). E ainda os expositores Rainhas Coroadas, Rainha Tereza de Benguela, Bazar Afro, Afro N'Zinga e Tambor e Arte, que fazem parte da Frente de Mulheres Negras.

Jornalista e integrante do Movimento Negro Unificado do DF e da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, Jacyra Silva destacou que a iniciativa do Sindicato “significa a valorização das mulheres negras que estão nos espaços de produção da cultura afro-brasileira”.

Filha do quilombola José Antonio Ventura, Daniele Ventura (do grupo Arquitov), contou que são mais de 30 famílias (de MG e do DF) unidas na produção de bijuterias, acessórios, turbantes, cadernos personalizados e marcador de páginas, entre outros apetrechos.

INTERVENÇÃO NO RIO

REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL É O CAMINHO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

A questão do decreto que prevê a intervenção federal no Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao comprometimento da ordem pública, é uma amostra inequívoca de como as raízes da violência são precariamente debatidas em nosso país.

CRISE ECONÔMICA E DESEMPREGO

Embora a segurança pública abranja questões complexas, há que se destacar que o país ainda enfrenta profunda crise econômica, expressa, sobretudo, pelo aumento generalizado do desemprego. Enquanto no Brasil a taxa de desocupação atingiu um contingente de mais 12,3 milhões de desocupados

no 4º trimestre de 2017, no Rio essa mesma taxa alcançou cerca de 1,3 milhões.

DESIGUALDADE SOCIAL

Há que se citar também que o problema da segurança pública depende fortemente de políticas estruturantes para amenizar a desigualdade social no país. Lamentavelmente a desigualdade social coloca o Brasil como um país entre os piores perfis de distribuição de renda no mundo. Pelo indicador do Coeficiente de Gini, o Brasil está situado na posição de 10º mais desigual do mundo e o quarto da América Latina.

E segundo o relatório da ONG britânica Oxfam, de outubro de 2017, apenas seis brasileiros mais ricos no país pos-

suem a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. A desigualdade brasileira também fica evidente nas comparações relativas à questão de gênero. Mesmo com maior escolaridade, segundo os dados da PNAD contínua, a remuneração média das mulheres com ensino médio equivale a 66% do ganho médio dos homens na mesma condição de escolaridade.

TETO DOS GASTOS PÚBLICOS E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

É no cenário de crise econômica e política que ganhou força a retomada no Brasil da agenda liberal conservadora. Na fragilização do Estado, o aspecto mais relevante foi a apro-

vação do “teto dos gastos públicos”, que congelou em termos reais os gastos orçamentários e engessou a implementação de políticas públicas para os próximos 20 anos (até 2036). Em 2017, apenas 0,37% do orçamento da União foi executado com segurança pública.

Em outra linha, a aprovação da lei que autorizou a renegociação das dívidas dos Estados com a União foi outra medida de fragilização da atuação dos Estados, sobretudo do Rio Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, até então considerados entre os Estados com o maior nível de endividamento com a União.

Por Max Leno,
economista do Dieese,
seção Bancários

PALCO CERRADO CONTA MAIS DE 120 PROJETOS NA DISPUTA

Mais de 120 projetos se inscreveram e estão na disputa para o 1º Palco Cerrado – Festival de Múltiplas Linguagens, que vai abranger apresentações artísticas no Teatro dos Bancários nas séries Música e Artes Cênicas. A Avuá Produções, juntamente com o Teatro, agradece o número expressivo de interessados em mostrar o seu trabalho, o que comprova a importância de um evento como esse, assim como a dimensão da produção cultural do DF.

No dia 6 de abril será feita a divulgação (pelo site do Sindicato e por e-mail) das 16 apresentações artísticas que irão compor a programação do festival, que terá quatro show artísticos e 12 espetáculos de artes cênicas. As propostas inscritas concorrerão a uma única apresentação no evento, que acontecerá no período de 17 de maio a 20 de agosto.

Confira o calendário completo do Palco Cerrado em bancariosdf.com.br.

LUTA DAS PESSOAS LGTBs FOI TEMA DO TV BANCÁRIOS WEB



A edição do dia 14 de março do TV Bancários Web apresentou um debate sobre a pauta de luta da população LGBT. Como convidados, o programa recebeu Daniela Auriema e Theo Linero, pessoas trans, bancários do BB e militantes LGTBs.

Os convidados contaram

como lidam com situações de preconceito e explicaram a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Daniela e Theo aproveitaram para dar dicas de expressões e palavras LGTBfóbicas que devem ser retirados do nosso vocabulário. Confira no portal.